



Número: **0843816-89.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO BATISTA CLEMENTINO DA COSTA (AUTOR)		MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15790144	07/08/2018 14:04	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
15790218	07/08/2018 14:04	<a href="#">PROC. E DOCS - JOÃO BATISTA</a>	Procuração
15790245	07/08/2018 14:04	<a href="#">b.o. - João batista</a>	Documento de Comprovação
15790270	07/08/2018 14:04	<a href="#">via adm - joao batista</a>	Documento de Comprovação
15790295	07/08/2018 14:04	<a href="#">docs. médicos - joao batista</a>	Documento de Comprovação
16276399	30/08/2018 14:45	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29813485	13/04/2020 17:59	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
34228547	12/09/2020 18:58	<a href="#">MAPFRE</a>	Diligência

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA- PARAÍBA

**JOÃO BATISTA CLEMENTINO DA COSTA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do CPF sob o nº 082.459.064-33 e RG sob o nº 2.632.476 – 2ª via - SSDS/PB, residente e domiciliado no Sítio Curimatã, zona rural de Santo André - PB, não possui endereço eletrônico, por seus advogados que ao final assinam, constituído legalmente nos termos do Instrumento de Procuração, com endereço profissional à Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, 66, Centro, João Pessoa-PB, vêm à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos art. 5.º, V, X, da Constituição Federal de 1988, e demais legislações pertinentes, propor a presente

#### **AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**

em face de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, empresa seguradora com sede na Capital do Estado da Paraíba, na Av. Epitácio Pessoa, nº 723, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB, CEP: 58.030-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, fazendo com base nos argumento fático-jurídico adiante delineados.



## I - DOS FATOS E DO DIREITO

A parte autora foi vítima de acidente automobilístico em 14/06/2014, tendo sofrido FRATURA NA TÍBIA DIREITA, tendo se submetido a tratamento cirúrgico, o que acarretou nas seguintes debilidades permanentes: **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, COM COMPROMETIMENTO DA FUNÇÃO DE LOCOMOÇÃO, DADA A GRAVIDADE DAS LESÕES**, conforme se verifica através de documentação anexa (V. docs);

O autor, então, deu entrada administrativamente no seguro DPVAT, através de uma das seguradoras conveniadas à Seguradora Líder. Tendo se submetido a procedimento demasiadamente burocrático, inclusive com realização de perícia por médico indicado pela Seguradora reguladora do sinistro, recebeu o ínfimo valor de **R\$ 1.687,50 (Hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, muito aquém do estipulado em lei. Desse modo, a fim de garantir o que é seu por direito e não restando outra alternativa para tanto, a promovente busca a tutela jurisdicional.

Outrossim, dê-se devida atenção, excelência, que a parte demandante só recebeu o benefício após decurso do prazo previsto em lei, qual seja: o de 30 (trinta) dias, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei 6.194/1974, *in verbis*:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (grifei)

## II – QUANTO A AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML

Douto julgador, a Lei 6.194/74 que regula a cobrança do seguro DPVAT não exige Laudo do IML como requisito para o ajuizamento da ação em questão. Portanto, importa observar os documentos carreados aos autos, os quais são suficientes para comprovar as sequelas sofridas em razão do acidente. Corroborando tais premissas estão os arts. 369 e 370 do Novo Código Processo Civil:



Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

No mesmo sentido o art. 5º da Lei 6.194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, o Juiz não está diretamente ligado a uma prova específica, no caso o laudo do IML, ao contrário, caberá ao juízo a determinação de provas que tenham o condão de formar a justeza do magistrado, não podendo a análise da pretensão deduzida pelo Autor ser afastada.

Desse modo se posiciona a jurisprudência pátria, *in verbis*:

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO –

Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT **não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML**, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014). (grifei).

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. IMPOSSIBILIDADE DO PAGAMENTO DA DIFERENÇA. AUSÊNCIA DE



LAUDO DO IML. DESNECESSIDADE. LAUDO CONCLUSIVO DA DEBILIDADE PERMANENTE. SENTENÇA MANTIDA.

I - Conforme entendimento jurisprudencial emanado do Colendo STJ, admite-se que decisões judiciais adotem manifestações exaradas no processo em outras peças, desde que haja um mínimo de fundamento, com transcrição de trechos das peças às quais há indicação (per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). II - **A existência de laudo do IML não é exigência de convencimento ao Juiz, que deverá convencer-se da verdade pelos documentos e laudos apresentados, podendo requerer outras provas e indeferir as protelatórias, sob pena de ressurgimento do odioso sistema de prova tarifada. Portanto, não há falar em nulidade, anulação ou reforma da sentença, considerando laudo conclusivo da gravidade das perdas da Apelada, o qual em verdade deve ser interpretado como invalidez para as atividades normais.** Assim, o recurso deve ser desprovido. III ? Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.

(TJ-AM - APL: 06349106220138040001 AM 0634910-62.2013.8.04.0001, Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 14/12/2015, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 17/12/2015). (grifei).

PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML - EXTINÇÃO DO PROCESSO - APTIDÃO DA PETIÇÃO INICIAL - SENTENÇA CASSADA.

1. Uma petição inicial está apta a iniciar uma ação quando, além de preenchidos os requisitos do artigo 282 do CPC, permite à parte ex adversa a exata compreensão da demanda, possibilitando-lhe o exercício do contraditório como corolário da ampla defesa; e no caso vertente, é evidente a pretensão inicial e os fundamentos fáticos e jurídicos nos quais o autor/apelante a embasa, como já evidenciado. 2. **O laudo pericial do Instituto Médico Legal não é documento indispensável à propositura da ação de indenização do seguro DPVAT.**

(TJ-MG - AC: 10024123061673001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 10/04/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 28/04/2014). (grifei).

De se concluir, portanto, que referida ausência do laudo do IML não é capaz de afastar a pretensão da parte autora, já que não é documento essencial para a propositura da ação objetivando o recebimento de indenização referente ao seguro DPVAT.

### III - DO VALOR RECEBIDO A MENOR



O valor que o autor recebeu não é suficiente para ampará-lo. Diante de tudo o que sofreu e sofre, haja vista ainda sofrer de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o inciso II do art. 3º da Lei 6.194/74, é o mais justo ao seu caso.

Art.3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 28 compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares**, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I- R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

**II- até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e**

III-até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifei).

Atente-se ainda que, além de descumprir a legislação quando paga indenização em quantia inferior ao devido por lei, a promovida age de igual modo ilicitamente quando, de forma descomedidamente burocrática, exige documentos desnecessários ao deslinde da questão, violando claramente o disposto no §1º do art. 5º da Lei 6.194/74, que diz:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30(trinta) dias da entre dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.



Por estes motivos tem-se este processo como objeto de lide no judiciário, manejando a parte demandante o seu *jus postulandi*, de modo a alcançar junto ao Poder Judiciário o que é seu por direito.

#### IV - DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Prescreve o inciso VIII do art. 6º do CDC:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

[...]

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Assim, indiscutível a aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor à espécie, entre elas a supracitada regra especial que prevê o direito básico do consumidor à inversão do ônus da prova em caso de caracterização de sua hipossuficiência.

Tendo em vista a hipótese envolver cobrança de indenização decorrente de serviço securitário, que está incluído no rol daqueles que perfazem relação de consumo ([CDC](#), art. 3º, § 2º), sendo o autor hipossuficiente técnica e economicamente falando, requer, desde já, a concessão do benefício da inversão do ônus da prova, a fim de que a promovida seja compelida a apresentar o processo administrativo referente ao seguro obrigatório - DPVAT, caso haja, vez que toda documentação fica retida com a seguradora.

#### V - DO PEDIDO



Assim, com fulcro na Lei 6.194/74 alterada parcialmente pela Lei 8.441/92, nos art. 186, 927 do CCB, no art. 6º, VI e VIII do CDC, no art. 161, § 1º do CTN, Resolução da SUSEP, requer:

a) Que defira o requerimento de inversão do ônus *probandi*, em face da hipossuficiência da parte promovente;

b) Que a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do NCPC, seja designada após a realização da perícia nos termos do convênio firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e o Tribunal de Justiça da Paraíba, tendo em vista que as conciliações nas ações dessa natureza só ocorrem após a realização da perícia judicial;

c) A citação da Ré para oferecer resposta no prazo legal, nos termos do artigo 335;

d) A PROCEDÊNCIA TOTAL DA AÇÃO PARA QUE A EMPRESA SEGURADORA SEJA CONDENADA A PAGAR A QUANTIA QUE CORRESPONDE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR LEGAL DE R\$ 9.450,00 (NOVE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS) E O MONTANTE PAGO ATÉ O MOMENTO, VALOR ESTE ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA;

e) Que o valor da condenação seja devidamente acrescido de juros e correção monetária, como determinam as Súmulas 43 e 54 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso;

f) Seja condenada a demanda em 20% referente a honorários advocatícios sobre o valor da condenação;

g) A concessão do benefício da justiça gratuita, tendo em vista que o(a) autor(a) não apresenta atualmente condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos da Lei de nº 1.060/50 e do artigo 98 do NCPC;

h) A produção de todos os meios de prova permitidos em direito, na amplitude dos artigos 369 e seguintes do NCPC, principalmente a juntada de documentos, realização de perícia, nos termos do convênio firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e o TJ/PB (convênio n. 015/2014), e etc;

Dando-se à causa o valor de R\$ 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).





João Pessoa, 07 de Agosto de 2018.

MARTINHO CUNHA MELO FILHO

OAB/PB 11.086

ANYELLE CIRNE ARAGÃO

OAB/PB 23.787



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** João Batista Clementino da Costa, brasileiro, solteiro, agricultor,  
CPF: 082.459.064-33 e RG: 2.632.476 2ª Via SSP/PB. Residente e domiciliado  
na Sítio Curimatã, Zona Rural de Santa Rita - PB  
\_\_\_\_\_, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seus procuradores.

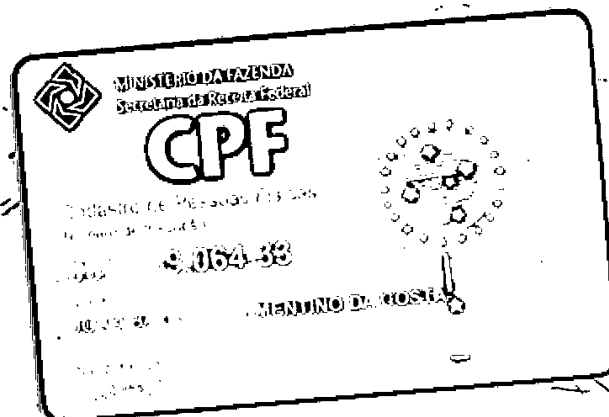
**OUTORGADO:** Héríka Coeli da Silva Clementino, brasileira, solteira, ADVOGADA  
inscrita na OAB nº 18.925, Martinho Cunha Melo Filho, brasileiro, casado,  
ADVOGADO inscrito na OAB/PB 11.086, estabelecidos na Rua João Luiz Ribeiro de  
Morais, 66 Centro, João Pessoa- PB, a quem confere amplos poderes com a cláusula ad-  
judicia e extra-judicia para, como seus advogados, representar a outorgante perante toda e  
qualquer entidade pública ou privada, podendo representá-lo em qualquer juízo, instância  
ou tribunal, judicialmente ou extra judicialmente, com poderes especiais para confessar,  
desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber alvará em cartório, receber  
citação inicial e ou intimações renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar  
quitação, tudo precedido de expressa e escrita autorização do outorgante, dando tudo por  
bom, firme e valioso.

Declara ser pobre da Lei (art. 1º, da Lei nº 7.115/93) para o fim de obtenção do benefício da necessidade na forma da lei, e que sua situação econômica não lhe permite pagar custas processuais e honorários de advogados sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.  
Declara ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e criminais (art. 2º da supracitada lei), caso o presente documento não porte a verdade.

João Pessoa-PB, 20/07/2018

João Batista Clementino da Costa  
OUTORGANTE





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	2.632.476-28 via DATA DE EXPEDIÇÃO 28/03/2000
NOME	JOÃO BATISTA CLEMENTINO DA COSTA
FILIAÇÃO	Francisco Clementino dos Santos Maria de Lourdes Costa Santos
NATURALIDADE	Santo André - PB
DATA DE NASCIMENTO	03/06/1981
DOC ORIGEM	Cert. Nasc. nº 0786, Fls. 3V, Liv. A-2, Cart. de Santo André - PB.
CPF	
João Pessoa - PB	ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/06/83	
Dir. Dep. de Administração	







**CERTIDÃO DE OCORRENCIA**

**CERTIFICO**, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial, encontrei a ocorrência nº 239/2014, cujo teor passo agora a transcrever na íntegra: aos dez dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, nesta cidade de Juazeirinho, estado da Paraíba, e na Delegacia de Polícia Civil, presente o Del. Pol. Ewerton de Almeida, comigo-escrivão, ao final assinado e declarado, aí por volta das 10h57min, compareceu: **JOÃO BATISTA CLEMENTINO DA COSTA**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Santo André - PB, filho de Francisco Clementino dos Santos e de Maria de Lourdes Costa Santos, nascido no dia 03/06/1981, com 33 anos de idade, RG nº 2.632.476 SSP-PB, CPF nº 082.459.064-33, podendo ser localizado no Sítio Curimatã, zona rural de Santo André-PB. **QUE NO DIA 14/06/2014, POR VOLTA DAS 15HS, O DECLARANTE CONDUZIA SUA MOTO HONDA/CG 125 TITAN, DE COR VERMELHA, ANO FAB/MOD. 1996, PLACA Nº HTW-2025-RN, CHASSI Nº 9C2JC250TTR016328, COD. RENAVAM Nº 00649228421, LICENCIADA EM NOME DE FERNANDO VITURINO DA SILVA, SE DESLOCANDO DO SÍTIO OLHO D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO PARA O SÍTIO ONDE RESIDE, TRAFEGANDO PELA RODOVIA PB 238, QUANDO NO TRECHO DO PERCURSO EM QUE PRECISOU ACESSAR UMA ESTRADA VICINAL NÃO PAVIMENTADA, NA ALTURA DO SÍTIO SERRINHA AINDA NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO, O DECLARANTE BATEU COM O VEÍCULO NUMA PEDRA, DERRAPOU E ACABOU INDÓ AO CHÃO. O DECLARANTE LIGOU PARA MARCO VIEIRA DE ANDRADE, MOTORISTA DA AMBULÂNCIA DO HOSPITAL DE ASSUNÇÃO, QUE PRONTAMENTE SE DIRIGIU AO LOCAL DO ACIDENTE E SOCORREU O DECLARANTE LEVANDO-O AO HOSPITAL DE TRAUMA EM CAMPINA GRANDE ONDE FOI CONSTATADA UMA FRATURA NO TORNOZELO DA PERNA DIREITA. A PESSOA DE SIDNEY SALES NOBERTO, RESIDENTE NO SÍTIO CURIMATÃ, ACOMPANHOU O DECLARANTE DURANTE SUA ESTADIA NO CITADO HOSPITAL.** Nada mais havendo para constar, registrou essa ocorrência e solicitou certidão. O referido é verdade e DOU FÉ.

Juazeirinho/PB, 10 de outubro de 2014.

NOTICIANTE: João Batista Clementino da Costa

ESCRIVÃO: \_\_\_\_\_



**SINISTRO 2014958983 - Resultado de consulta por beneficiário**

---

**VÍTIMA** JOAO BATISTA CLEMENTINO DA COSTA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO FUTUROSEG**  
(MBM) - Regulação de Sinistro Ltda ME.**BENEFICIÁRIO** JOAO BATISTA CLEMENTINO DA COSTA**CPF/CNPJ:** 08245906433**Posição em 20-06-2018 10:55:21**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento na conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
06/05/2015	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de prova junto ao que se faz necessário, que o Senhor **JOÃO BATISTA CLEMENTINO DA COSTA**, portador do RG nº 2.632.476 SSP/PB e CPF nº 082.459.064-33, no dia 14/06/2014, foi vítima de um acidente de moto na Rodovia Estadual PB 238, município de Assunção, sendo o mesmo socorrido pela Ambulância deste município e levado para a cidade de Campina Grande.

Assunção – PB, em 26/09/2014.

  
**Alexandre Patrício Santana**  
**Secretário Municipal de Saúde**

---

CNPJ 01.612.635/0001-02 – Rua Tereza Balduino da Nóbrega - Centro  
E-mail: [sa.assuncao@bol.com.br](mailto:sa.assuncao@bol.com.br) CEP: 58.685-000 Assunção-PB









Home

Pré  
Cadast

Bem vindo: 473 - Fernanda

**DETALHES DO PROCESSO**

Número Sinistro:	<b>2014/958983</b>	Garantia:	<b>02 - Ipa /Invalidez</b>
Categoria:	<b>09 - Moto / Motocicleta</b>		
Data Sinistro:	<b>14/06/2014</b>	Data Recepção:	<b>04/11/2014</b>
Seguradora:	<b>MBM - Seguradora</b>	Angariador:	<b>Fernanda Fernandes Leite</b>
Preparador:	<b>Atendimento (Apoio)</b>		
Analista:	<b>Thaís Marielly Nicollayow</b>		
Situação:	<b>Seguradora Líder</b>		
Filial:	<b>MBM Serviços de Seguros</b>		

**DATAS DE ENVIO**

Data de Envio	<b>23/03/2015</b>	Nº Carta	<b>465</b>
---------------	-------------------	----------	------------

**VÍTIMAS**

Vítima	<b>Joaó Batista Clementino da Costa</b>
Endereço:	<b>ST AURIMATA,0 -- SANTO ANDRE - PB -</b>
Cep:	
Telefone	

**DOCUMENTOS**

Descrição	<b>- CARTAO BANCARIO OU EXTRATO, PROPOSTA DE ABERTURA NAO É</b>		
Data da Solicitação	<b>09/02/2015</b>	Data Recepção	<b>23/03/2015</b>
Descrição	<b>- AUTORIZACAO DE PAGAMENTO ( 2ª SOLICITACAO )</b>		
Data da Solicitação	<b>09/02/2015</b>	Data Recepção	<b>23/03/2015</b>

**BENEFICIÁRIOS / PAGAMENTOS**

Beneficiário	<b>O MESMO</b>		
CPF/CNPJ	<b>08245906433</b>		
Data Rateio	<b>00/00/0000</b>	Data Pagamento	
Agência	<b>2224-1</b>	Conta Corrente	
Banco	<b>Banco do Brasil</b>	Tipo Conta	
Valor Indenização	<b>0,00</b>	Valor Nota Fiscal	<b>0,00</b>
Valor Reanalise	<b>0,00</b>	Valor Nota Fiscal	<b>0,00</b>
Valor Reanalise 2	<b>0,00</b>	Valor Nota Fiscal	<b>0,00</b>
Valor Reanalise 3	<b>0,00</b>	Valor Nota Fiscal	<b>0,00</b>
Valor Pleiteado	<b>13.500,00</b>		





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de prova junto ao que se faz necessário, que o Senhor **JOÃO BATISTA CLEMENTINO DA COSTA**, portador do RG nº 2.632.476 SSP/PB e CPF nº 082.459.064-33, no dia 14/06/2014, foi vítima de um acidente de moto na Rodovia Estadual PB 238, município de Assunção, sendo o mesmo socorrido pela Ambulância deste município e levado para a cidade de Campina Grande.

Assunção – PB, em 26/09/2014.

  
**Alexandre Patrício Santana**  
**Secretário Municipal de Saúde**

---

CNPJ 01.612.635/0001-02 – Rua Tereza Balduino da Nóbrega - Centro  
E-mail: [assuncao@bol.com.br](mailto:assuncao@bol.com.br) CEP: 58.685-000 Assunção-PB



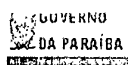
 <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE</b> <b>FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL</b>	<b>NATUREZA DA CONSULTA</b> CONSULTA BÁSICA (PAB) : _____ CONSULTA ESPECIALIZADA: _____																
	<b>PROCEDIMENTO</b> - OPRIMIDA P. HERNIA DO FALCETO BILATERAL DTA + SPM + HIFISCO FALCETO BILATERAL COTA-CAUTERIZADO E PLEURO D. DO L.C. PULMÃO DO METEORO HILAR. 12/06/2014.																
<b>ENTIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO</b> CÓDIGO DA UNIDADE: 0023671 CNPJ/CPF: 08.778.268/0001-60 NOME: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES END.: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE ESTADO: PARAÍBA UF: 25		<b>TIPO DE ATENDIMENTO</b> <input type="checkbox"/> 01 - URGÊNCIA <input checked="" type="checkbox"/> 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS															
<b>PRONTUÁRIO Nº: 1118718</b> NOME: JOAO BATISTA CLEMENTINO DA COSTA SEXO: MASCULINO IDADE: 33+ PROFISSÃO: AGRICULTOR(A) DOCUMENTO: 2632476 END.: SÍTIO CURIMATAN, BAIRRO: ZONA RURAL MUNICÍPIO: SANTO ANDRÉ ESTADO: PB CEP: _____ DATA ATENDIMENTO: 14/06/2014 / 17/06/2014 CÓDIGO DO MUNICÍPIO: 251385		<b>ENCAMINHAMENTO</b> <input type="checkbox"/> 1. PRESCRITA <input type="checkbox"/> 2. APLICADA <input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTROS															
<b>RAÇA / COR:</b> DTA NASCIMENTO: 03/06/1981 ( ) 2 - PRATIQUEIXAS: ACIDENTE DE TRABALHO ( ) 4 - AMARELA ( ) 5 - INDÍGENA ( ) 99 - SEM INFORMAÇÃO		<b>SERVIÇOS REALIZADOS:</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th>CÓDIGO / PROCEDIMENTO</th> <th>CBO</th> <th>IDADE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>030.1000096</td> <td>225325</td> <td></td> </tr> <tr> <td>030.1010072</td> <td>225320</td> <td></td> </tr> <tr> <td>0204030130</td> <td>225320</td> <td></td> </tr> <tr> <td>0204060108</td> <td>225320</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	CÓDIGO / PROCEDIMENTO	CBO	IDADE	030.1000096	225325		030.1010072	225320		0204030130	225320		0204060108	225320	
CÓDIGO / PROCEDIMENTO	CBO	IDADE															
030.1000096	225325																
030.1010072	225320																
0204030130	225320																
0204060108	225320																
<b>ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:</b> História do paciente: trauma de trabalho com lesão de membro superior direito. Exame físico: membro superior direito com lesão de pele e dor.		<b>ASS. DO(S) PROFISSIONAL(AIS) / ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S)</b> ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL _____ OU POLEGAR DIREITO _____ ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO _____															
<b>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:</b> TIPOS RESULTADOS		<b>ASS. TÉCNICO (CARIMBO)</b>															
<b>MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS</b> 1. - SPM (B) 2. - DIZIMIN (B)		<b>DIAGNÓSTICO / CID:</b> B6 trauma															



Assinado eletronicamente por: MARTINHO CUNHA MELO FILHO - 07/08/2018 14:03:43

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18080714031496500000015396342

Número do documento: 18080714031496500000015396342



HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

**PACIENTE: JOÃO BATISTA C. DA COSTA**

**DATA DO EXAME: 14.06.2014**

**RADIOGRAFIA DE BACIA**

- Ossos de morfologia e textura normais.
- Partes moles sem alterações.
- Relações articulares conservadas.

**RADIOGRAFIA DA PERNA E TORNOZELO**

- Fratura não desalinhada do maléolo medial da tíbia.
- Partes moles sem alterações.
- Relações articulares conservadas.

**RADIOGRAFIA DE TÓRAX**

- Transparência pulmonar normal.
- Mediastino e seios costofrênicos sem alterações.
- Coração de dimensões normais.

Dr. Catarina Aguiar  
CRM/PB: 6278

Dra. Miriam Albino  
CRM/PB 6435

Dra. Marcella Farias  
CRM/PB 6550

Dr. Rafael Borges  
CRM/PB: 6485

Dr. Ramoniê Miranda  
CRM/PB: 8220

59  
Dr. Roberto Maia  
CRM/PB: 6101





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível da Capital**

**Processo nº 0843816-89.2018.8.15.2001**

**DESPACHO**

Vistos.

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão/modificação de ato praticado no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo. Ademais, a experiência prática demonstra que as seguradoras não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
**( )**

**MANDADO DE CITAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO:** 0843816-89.2018.8.15.2001

**CLASSE DO PROCESSO:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S) DO PROCESSO:** [Seguro]

**Nome:** MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
**Endereço:** AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000.

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Capital, CITO Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.  
JOÃO PESSOA, em 13 de abril de 2020.

TEREZA PRISCILA PESSOA DA ROCHA  
Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:** 18080714033835500000015396199



## CERTIDÃO

Certifico que dei inteiro cumprimento ao presente mandado/ofício conforme ciente exarado, pelo(a) Funcionária Ednayara Luiza, que afirmou estar habilitado(a) a receber o documento. Segue mandado abaixo. Dou fé.

22/08/2020

Tribunal de Justiça da Paraíba

Successfully created



Poder Judiciário da Paraíba  
3ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA  
( )

### MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0843816-89.2018.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000.

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 3º Vara Cível da Capital, CITO Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015. JOÃO PESSOA, em 13 de abril de 2020.

TEREZA PRISCILA PESSOA DA ROCHA

Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSO O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 1808071403383550000015396198



Assinado eletronicamente por: TEREZA PRISCILA PESSOA DA ROCHA  
13/04/2020 17:59:04  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: 29813485



20041317590370900000028681074

imprimir

ata Cruz Seguradora Jan  
13/04/2020 17:59:04  
Epitácio Pessoa, 723  
Estados - CEP: 58030-000  
JOÃO PESSOA-PB

11/09/2020  
09:48

[https://pje.tjpb.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBn=28681074&idProcessoDoc=29813...](https://pje.tjpb.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBn=28681074&idProcessoDoc=29813...) 1/1

